

Duas Décadas Passadas: Olhar o Futuro Próximo da Conflitualidade Armada

Miguel Freire

Coronel do Exército Português

Resumo

O texto pretende responder à questão: o que podem as duas décadas passadas sugerir sobre o futuro próximo da conflitualidade armada, numa lógica das tendências do aparelho militar na aplicação da força, ao nível tático? Para este efeito percorreram-se as operações militares mais marcantes das últimas duas décadas na perspetiva ocidental, analisando com mais de detalhe a Ucrânia (2014-2015), Mossul (2016-17) e Nagorno-Karabakh (2020).

Nestas tendências considera-se que se mantém o foco da aplicação da força no espaço físico, nomeadamente nas cidades, moldado por operações no espaço virtual. Mantém-se a procura de interpostas entidades para a condução da guerra, com o patrocínio de Estados ou alianças em poder e saber. Verifica-se a tendência para acentuar o uso de sistemas de armas autónomos e a integração de sistemas tripulados e não-tripulados. O espaço aéreo está ao alcance de praticamente todos. A tecnologia disponível no mercado permite ser combinada em sistemas de armas capazes de surpreender o adversário.

Palavras-chave: Guerra; Futuro; Conflitualidade; Terrestre.

Artigo recebido: 18.03.2022

Aprovado: 12.04.2022

<https://doi.org/10.47906/ND2022.161.02>

Abstract

Two Decades Past: Looking at the Near Future of Armed Conflict

The paper aims to answer the following question: what can the last two decades suggest about the near future of armed conflict regarding the trends of armed force employment at the tactical level. To answer the questions the paper goes through the most important military operations (from a western perspective) during the last two decades, zooming in on the cases of Ukraine (2014-15), Mosul (2016-17), and Nagorno-Karabakh (2020). The trend may be that the main effort of land military power is on the physical domain, mainly in cities, but shaped by operations in the virtual domain. Proxy wars and the support from States or Alliances on power and knowledge to proxies are here to stay. The use of autonomous weapons systems and manned and unmanned teaming will increase. The air space can be used by all. The off-the-shelf technology allows being combined into weapon systems capable of surprising the opponent.

Keywords: War; Future; Conflict; Land.

O presente texto tem como base a participação do autor, como palestrante, nas 7.^a (2020) e 8.^a (2021) edições do Curso de Verão “Conflitos Armados. Perspetivas Jurídicas e de Relações Internacionais” organizado pelo Observatório Lusófono dos Direitos Humanos (OLDHUM) e a Escola de Direito da Universidade do Minho.

A condição do autor de oficial do Exército Português no ativo impõe dois esclarecimentos: primeiro, as opiniões expressas vinculam apenas o autor e não representam qualquer posição, oficial ou oficiosa, do Exército português ou das Forças Armadas Portuguesas; segundo, os argumentos expressos decorrem da experiência pessoal e profissional do autor ao longo das duas décadas em análise e, por isso, naturalmente marcadas por realidades e reflexões vividas. É, ainda, assumida pelas mesmas razões, uma visão perspetivada pelo Exército Português e pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), diretamente quando esta organização internacional liderou operações militares e, indiretamente, uma vez que a doutrina e a forma de operar das Forças Armadas Portuguesas, e em particular do Exército, são influenciadas por ela.

O texto tem como objetivo responder à seguinte questão: o que podem as duas décadas passadas sugerir sobre o futuro próximo da conflitualidade, numa lógica das tendências do aparelho militar na aplicação da força, ao nível tático? Para responder a esta questão percorrem-se as operações militares mais marcantes das últimas duas décadas na perspetiva ocidental, analisando com um pouco mais de detalhe três momentos: Ucrânia (2014-2015), Mossul (2016-17), e Nagorno-Karabach (2020).

Nestas tendências considera-se que se mantém o foco da aplicação da força no espaço físico, nomeadamente nas cidades, moldado por operações no espaço virtual. Mantém-se a procura de interpostas entidades para a condução da guerra, com o patrocínio de Estados ou alianças em poder e saber. Verifica-se a tendência para acentuar o uso de sistemas de armas autónomos e a integração de sistemas tripulados e não-tripulados. O espaço aéreo está ao alcance de praticamente todos. A tecnologia disponível no mercado permite ser combinada em sistemas de armas capazes de surpreender o adversário.

2001-2011: Surpresa, Euforia e Desilusão

O penúltimo ano do século XX, 1999, foi invulgar do ponto de vista da conflitualidade, já que a OTAN, à revelia do Conselho de Segurança das Nações Unidas, lançou uma campanha aérea contra a Sérvia como forma de travar uma alegada limpeza étnica contra a minoria de origem albanesa, na região do Kosovo. Os bombardeamentos aéreos duraram um total de 78 dias, de 24 de março a 10 de junho, dia em que foi assinado um *Technical Agreement* entre a OTAN e a República Federal

da Jugoslávia. Neste dia o Conselho de Segurança das Nações Unidas proclamou a Resolução 1244, na qual eram aceites os princípios de uma solução pacífica e, entre vários pontos, o estabelecimento de uma presença internacional (civil e militar) com uma participação substancial da OTAN. Desde meados da década de 1990 que a região dos Balcãs hipotecava a política externa europeia e militarmente a OTAN. Quando tudo indicava que assim continuaria, os ataques do 11 de setembro de 2001, em solo norte-americano, vieram marcar profundamente as duas décadas que se seguiram. Depois do sentimento imediato de surpresa, estupefação e perda, muitos no mundo ocidental sentiram-se americanos (Colombani, 2001). Menos de 24 horas depois dos ataques a OTAN invocou o seu Artigo 5.º assumindo que o ataque aos EUA tinha sido contra todos os Estados-membros da Aliança, e o Conselho de Segurança das Nações Unidas condenou o ataque pela Resolução 1368. Foi tacitamente entendido um direito dos Estados Unidos da América (EUA) para responderem militarmente a esta agressão e, em dezembro, já com o regime Talibã fora do poder no Afeganistão, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a resolução 1386 para a constituição da Força Internacional de Assistência à Segurança (ISAF). Parecia não haver dúvidas, era uma Guerra de Necessidade¹ (*war of necessity*). A forma relâmpago como a coligação de vontades liderada pelos EUA “conquistou” Cabul e pôs em fuga o regime Talibã surpreendeu o mundo e foi considerada, pelos seus protagonistas, um feito militar (Franks, 2004, pp. 283-317) e um sinal da evolução incontornável do emprego do aparelho militar no início do século XXI (Rumsfeld, 2002).

O consenso na resposta aos ataques do 11 de setembro começou a ser abalado quando a administração americana pretendeu, e depois cumpriu, numa atitude preemptiva, invadir o Iraque. O objetivo era depor Saddam Hussein, alegando a existência de um programa de edificação de armas de destruição maciça. Se com método e muita criatividade uma organização terrorista tinha atingido mortalmente o coração económico dos Estados Unidos da América, o que esperar se um Estado pudesse ele próprio usar ou então patrocinar tecnologia nuclear a um grupo de terroristas criativo e motivado? A resposta a esta questão não foi pacífica e, por isso, dividiu tudo e todos em dois lados que não se tocavam: uns a favor da invasão e outros contra a invasão (Gordon e Shapiro, 2004). Estava-se, desta vez, no patamar de uma Guerra de Escolha² (*war of choice*). Não havendo consenso no Conselho de Segurança das Nações Unidas nem na OTAN, e não querendo estar limitados

-
- 1 Sendo discutível, o termo “Guerra de Necessidade” envolve a ideia de um confronto no qual a segurança e defesa do solo pátrio está em perigo (Krauthammer, 2001).
 - 2 Da mesma forma, o termo “Guerra de Escolha” pode ser entendido como um confronto motivado por princípios, ideologia, geopolítica e, às vezes, razões alegadamente humanitárias (Krauthammer, 2001).
-

nas suas opções por esta Aliança, os EUA invadiram o Iraque com uma coligação de vontades. Uma vez mais, o poderio militar americano não deixou os créditos por mãos alheias e a forma relâmpago como chegou a Bagdad e o regime ruiu, não podia deixar de ser considerado uma vitória retumbante. Tudo corria bem e por isso não foi difícil ao presidente dos EUA, George W. Bush, a bordo do porta-aviões USS Abraham Lincoln, a 1 de maio de 2003, declarar missão cumprida e o fim das operações de grande envergadura. A missão estava considerada cumprida, mas apenas unilateralmente. Não havendo uma derrota formal do regime iraquiano, tudo continuava em aberto deste lado e dos seus apoiantes. Sensivelmente um mês antes, a 31 de março de 2004 a morte e vandalização dos corpos de quatro funcionários da empresa de segurança Blackwaters na região de Faluja foi o tiro de partida para uma insurreição generalizada da população que incentivou a afluência de estrangeiros ao Iraque para combater as forças ocidentais. A equação, já de si bastante complexa, adensou-se ainda mais quando, em 22 fevereiro de 2006, um ataque à mesquita de Al-Askari abriu uma luta fratricida e de uma violência atroz entre as comunidades sunita e xiita. Foi nas margens da derrota, materializada pelo descontrolo da situação, que os EUA, de forma criativa, empreenderam um volte-face – uma autêntica cartada – que lhes permitiu ganhar tempo e criar as condições para uma saída controlada da maior parte das suas forças e dos seus aliados. O sucesso desta campanha liderada pelo general Petraeus não conseguiu atenuar o sentimento de desilusão e falhanço face aos objetivos políticos propostos de mudar o regime e criar as condições para uma democracia. Em 2011, a maior parte do efetivo americano e dos seus aliados retirou do Iraque deixando para trás um Estado destruído e com uma governança muito débil.

2011-2021: da Desilusão ao Desencanto e Derrota

Foi também a partir de 2011 que a administração americana começou a falar da retirada progressiva dos seus militares do Afeganistão e a efetivar-se a passagem da responsabilidade da condução das operações de combate para o Exército Afegão. A partir de 2011, quando os EUA e os seus aliados diminuíram a presença militar no Iraque e no Afeganistão, deixaram também de liderar a condução das operações de combate terrestre, onde o risco de sofrer baixas em pessoal era bastante elevado. No mesmo ano (2014) em que decorriam no Afeganistão as últimas operações de combate conduzidas pelos americanos, o líder do autoproclamado Estado Islâmico (EI), Abu Bakr al-Baghdadi, proclamava, a 29 de junho, a restauração do Califado (Tomé, 2015). Ainda neste ano o EI controlaria cerca de 40% do território iraquiano com destaque para a segunda maior cidade do país: Mossul. As recém-formadas Forças de Segurança Iraquianas (ISF) desintegraram-se face a

uma onda de terror personalizada em combatentes que se mostravam bem equipados, armados e extraordinariamente motivados. Foi graças à assessoria dos poucos militares americanos no terreno e ao robusto apoio aéreo disponibilizado que o EI não chegou a Bagdade.

Assim, a partir de 2014, no Iraque e no Afeganistão, os EUA e os seus aliados mudavam também para missões de treino e assistência, com fornecimento de muito armamento e equipamento por parte dos americanos. No Afeganistão, a missão da ISAF deu lugar, no início de 2015, à missão *Resolute Support* (RSM). No Iraque, ainda em outubro de 2014, formalizou-se o apoio aéreo e de assessoria que já estava a ser dado desde agosto, e os EUA iniciaram a operação *Inherent Resolve* (OIR). Não era nada de novo na história, apenas o normal quando as potências por razões políticas ou de escassez de recursos transferem o esforço para a formação das forças armadas locais, para estas conduzirem o combate “puro e duro”. No caso da OIR era “por, com e através dos parceiros regionais” que se procurava a derrota militar do EI, seguindo dois eixos interdependentes: o aconselhamento e assistência, traduzido em apoios concretos às operações militares através de meios de informações, vigilância e reconhecimento, bem como apoio de fogos indiretos ou aéreos; e no treino e equipamento através do fornecimento de equipamentos e meios – armamento, viaturas, etc. – com a respetiva formação, não só de quadros e tropas, mas também de unidades constituídas das Forças de Segurança Iraquianas, Polícia Federal, Polícia Local e a Polícia Fronteiriça. Em dezembro de 2017, o EI já tinha perdido cerca de 95% do território que chegou a controlar. A era Baghdadi do EI terminou em outubro de 2019 quando este foi morto, no norte da Síria, num *raid* conduzido pelos Estados Unidos. A OIR ainda hoje decorre empenhando forças lideradas pelos americanos no apoio às autoridades iraquianas. No Iraque e no Afeganistão a abordagem operacional liderada pelos Estados Unidos foi cunhada “the by-with-through operational approach” (Votel e Keravuori, 2018). Como referiu o então comandante do *Central Command*, general Joseph Votel, a tarefa das forças americanas era ajudar os parceiros no combate e não combater por eles (JFQ Staff, 2018). Apenas um novo léxico para uma técnica muito antiga: a guerra por procuração.

Entretanto, no Afeganistão, no verão de 2021, a nova administração americana decidiu terminar a missão neste país, levando consigo todos os seus aliados. Numa operação que surpreendeu a comunidade internacional, toda a estrutura das forças de defesa e serviços de segurança do Afeganistão simplesmente esfumou-se sob a ameaça da tomada de poder pelos Talibãs. Vinte anos de investimento em formação, equipamento e infraestruturas não resistiram à ideia de um confronto com os Talibãs. Se os autores da tomada de Cabul consideraram um feito a conquista desta cidade em 2001, como categorizar a conquista da mesma cidade, 20 anos depois pelos Talibãs, derrotando, mesmo antes de combater, um exército treinado e equipado pela mais poderosa aliança militar do mundo?

A Leste, Nada de Novo

Com os americanos e os seus aliados ocidentais imergidos no Afeganistão e no Iraque, a Leste, no verão de 2008, a Rússia apoiou militarmente os esforços das minorias russas da Abecásia e Ossétia do Sul, invadindo território da Geórgia. Com uma guerra que durou cinco dias, a Rússia tomou controlo destas duas regiões. Nesta guerra convencional, a vitória russa deveu-se mais à superioridade quantitativa do que qualitativa dos seus equipamentos. Ainda assim considerou-se determinante a combinação do avanço das colunas blindadas, coordenado com ataques aéreos e de artilharia para subjugar as forças georginas, obrigando-as a retirar (Vendil Pallin e Westerlund, 2009; Eisler, 2015).

No início de 2014, a Rússia invadiu e anexou a Crimeia, no que foi a primeira vez, desde a Segunda Guerra Mundial, que um Estado europeu anexou território de outro. Desde esta altura que na região sudeste de Donbass, na Ucrânia, se mantém um conflito latente, mas envolvendo combates convencionais entre as fações separatistas pró-russas e as autoridades ucranianas.

Na Síria, a Rússia apoiou política e militarmente o presidente Bashar al-Assad desde o início da guerra civil neste país, em 2011, e após setembro de 2015, passou a fazê-lo com envolvimento militar direto. Ao mesmo tempo que a coligação liderada pelos EUA apoiava as ISF e outras forças na conquista de Mossul, no Iraque, russos e iranianos apoiavam as forças do regime sírio na conquista de Aleppo, na Síria. A verdade é que, por motivos políticos bem distintos dos que são proclamados pelos EUA e os seus aliados, a forma de operar de russos e seus aliados tem muitos pontos em comum com os do Ocidente: o fornecimento de material acompanhado de treino, assessoria militar e efetivo apoio destruidor – com artilharia pesada e aviação – e meios de informações, vigilância e reconhecimento.

Ainda a Leste, o conflito latente entre o Azerbaijão e a Arménia na região de Nagorno-Karabakh que se prolongava desde meados da década de 1990, teve desenvolvimentos decisivos no outono de 2020. Esta guerra convencional que por questões de domínio territorial opôs estes dois Estados teve um desfecho há muito inexistente nas relações internacionais: um Estado derrotou militarmente o outro e impôs a sua vontade nos territórios conquistados, com o Estado derrotado a assumi-lo em acordo de paz assinado. Também aqui se verificou o papel determinante de Estados aliados patrocinadores de treino, conhecimento e equipamento militar. Neste caso e em relação à República do Azerbaijão, foi o apoio da Turquia em assessoria e equipamento militar, e também de Israel, na venda de equipamento e armamento de boa qualidade. O apoio específico da Turquia não foi marginal, uma vez que o faz na área do treino e venda de material desde 1992. Também não é desprezível o facto deste país ser membro da OTAN e ter uma capacidade de combate credível testada recentemente na Síria e Líbia (Anglim, 2021, p.22).

Importa agora detalhar um pouco mais alguns momentos destes conflitos, uma vez que tendem a ser identificados por vários analistas como um prólogo ao futuro próximo da guerra.

Prólogo do Futuro Próximo

Ucrânia (2014-2016)

O empenhamento da Rússia, primeiro na Crimeia e logo de seguida na região sudeste da Ucrânia, tem sido cunhada pelos próprios russos como a Nova Geração da Guerra e vai mais além da ideia de guerra híbrida definida pelo Ocidente. Numa sistematização com base na literatura russa, a Nova Geração da Guerra é uma combinação em qualquer proporção de guerra assimétrica, conflito de baixa intensidade, guerra de 6.^a geração, guerra centrada em rede e controlo reflexivo. Esta sistematização resulta do entendimento dos pensadores russos do que foi a evolução da arte militar, principalmente no Ocidente, mas reflete também o seu refinamento nalguns destes elementos, nomeadamente na ideia da guerra de 6.^a geração. Esta ideia de 6.^a geração, desenvolvida a partir da operação *Tempestade no Deserto* liderada pelos EUA na primeira Guerra do Golfo, em 1991, e dos bombardeamentos da OTAN à Sérvia, em 1999, os russos consideram que a vitória pode ser alcançada pela destruição das infraestruturas económicas do inimigo, ou seja, o objetivo político da guerra pode ser alcançado sem contacto direto e sem ocupação do território, tornando desnecessário a anexação (Bērziņš, 2020).

A Nova Geração da Guerra aplicada na Ucrânia manifesta-se em cinco componentes essenciais: subversão política, fazendo uso dos *media* para explorar as divergências étnico-linguísticas das fações em conflito; criação de santuários, controlando aparelhos governamentais e atacando ciberneticamente estruturas opostas; intervenção, não só pela realização de exercícios de larga escala nas fronteiras mas também no fornecimento de equipamento e treino de milícias pró-russas; dissuasão coerciva, com manobras militares de teatro ou intercontinentais e patrulhamento aéreo agressivo em zonas de fronteira; e negociações manipuladas, usando e abusando de períodos de cessar-fogo acordados para rearmar as fações pró-russas. A Rússia tem disponibilizado todos os meios para que as operações sejam conduzidas em todo o espectro. Os meios de guerra eletrónica impedem as comunicações, derrotam sistemas aéreos não-tripulados (UAS)³ e empastelam meios de comando e controlo, ao mesmo tempo que criam condições para o emprego dos seus UAS e

3 UAS – *Unmanned Aerial System*.

viabilizam o emprego de meios convencionais, organizados em forças tarefa de escalão batalhão de armas combinadas com companhias de infantaria mecanizada, carros de combate, armas anticarro, artilharia de campanha e artilharia antiaérea numa relação numérica de 3-1-1-2/3-2 (Karber e Thibeault, 2016). Existem informações que as regiões separatistas de Donetsk e Lugansk receberam equipamento militar e treino que lhes permitiram conduzir operações com viaturas blindadas e carros de combate emparelhados com meios sofisticados de UAS e munições autónomas (Johnson, 2020) no que tende a ser o emparelhamento, orgânico, entre sistemas tripulados e não tripulados (*manned-unmanned teaming*).

Mosul (2016-2017)

A conquista da segunda maior cidade do Iraque, Mosul, pelas ISF nos anos de 2016 e 2017 oferece a imagem clara da violência dos combates urbanos desta década. Os elementos foram: uma cidade repleta de pessoas; um inimigo bárbaro, altamente competente e motivado e com todos os recursos disponíveis de uma grande metrópole para a guerra total; uma mescla de forças convencionais, milícias e bandos armados envolvidos.

A cidade era controlada pelo EI desde o verão de 2014, o que permitiu a preparação detalhada da sua defesa. A manutenção da posse e controlo de uma cidade desta dimensão não era apenas um símbolo de poder, era realmente a possibilidade de reverter todos os recursos disponíveis, incluindo a universidade e a cintura industrial e canalizá-los para a preparação defensiva da cidade: construção de trincheiras, preparação de casamatas, fortificação de determinados locais, etc. Neste contexto, o mais surpreendente foi a conceção, produção e emprego disseminado de viaturas civis convertidas em viaturas blindadas para uso pelos bombistas suicidas (SVBIED)⁴, bem como a transformação de pequenos *drones* comerciais em sistemas de ataque através de um dispositivo que permitia fazer o lançamento de uma granada explosiva de 40 mm contra tropas ou viaturas (UAS-W)⁵. A forma criativa como o EI integrou estas duas ferramentas não pode ser de todo menorizada pois revelou um muito bom conhecimento da manobra tática. A blindagem das viaturas usadas pelos bombistas suicidas aumentou a capacidade de estes chegarem com sucesso ao seu alvo, exigindo que a capacidade de defesa das pequenas unidades das ISF, incluindo as de polícia, tivesse armamento anticarro mais poderoso. O armamento ligeiro que estas forças dispunham não era suficiente para imobilizar, muito menos destruir, estes veículos. Estas viaturas foram usadas em

4 SVBIED – *Suicide Vehicle-born Improvised Explosive Device*.

5 UAS-W – *Unmanned Aerial System – Weaponized*.

operações ofensivas de pequena escala contra dispositivos defensivos das ISF. Uma primeira viatura explodia para abrir uma brecha, seguida imediatamente de uma outra que consolidava e expandia essa abertura para a penetração de outras viaturas que transportavam combatentes armados para o combate próximo.

O emparelhamento das SVBIED com os UAS-W causou surpresa às ISF e à coligação que as apoiava. O dispositivo era simples: o operador de um *drone* comercial vigiava uma determinada área – por exemplo, um pequeno bairro – pré-identificada como local de tropas das ISF e informava em tempo real uma SVBIED – oculta numa garagem ou num local abrigado – os alvos de oportunidade que surgiam, ou do melhor momento para atacar. O uso dos UAS-W permitiu ao EI ocupar inteligentemente a faixa desimpedida do espaço aéreo que vai, sensivelmente, até aos 300 metros. No Iraque e Afeganistão o controlo dos céus foi sempre total por parte das coligações lideradas pelos EUA, levando a assumir-se a todos os níveis que a ameaça, qualquer que ela fosse, nunca viria do ar. Os UAS-W introduziram uma ameaça que surgia, silenciosamente, do nada para lançar o pânico nas tropas apeadas. Muitas filmagens destes ataques eram postadas no Youtube e em redes sociais alimentando a propaganda do EI sobre a sua postura ofensiva bem como a sua “capacidade tecnológica” de fazer frente a quem tinha do seu lado os EUA.

A produção em série de sistemas que permitiam a acoplagem de um dispositivo para lançamento de granadas de 40mm a *drones* comerciais e o seu uso intensivo para informação e decisão em tempo real das operações, incluindo o guiamento de viaturas suicidas, vieram trazer, ainda que a uma escala reduzida, uma complexidade na resposta a esta nova dimensão de “armas combinadas”.

O uso das ISF no combate convencional para conquistar uma cidade exigiu treino e equipamento adequado. As ISF apenas tinham experiência de contrainsurreição, e por isso foi indispensável treiná-las e equipá-las. A coligação liderada pelos EUA lançou um programa de treino e equipamento para estas forças em que as cadeias de comando eram sujeitas a um *vetting* pelos americanos como condição para o seu treino e equipamento. Mas o combate não se deu apenas com a participação das ISF. Mais forças estiveram envolvidas exigindo uma cuidadosa e nem sempre possível unidade de esforço ou de coordenação. No combate para desalojar o EI da cidade Mossul operaram outras forças com destaque para forças Curdas, milícias xiitas, membros do Corpo da Guarda Republicana Iraniana, ou seja, um conjunto que misturava parceiros, unidades por procuração e organizações militares independentes, algumas delas a operar em zonas cinzentas do espectro da violência (King, 2021, p. 178).

Nagorno-Karabakh (2020)

O que importa destacar nesta guerra convencional de seis semanas, mais precisamente de 44 dias, é que foram usados pela primeira vez ao nível tático e numa escala significativa, UAS de reconhecimento e ataque capazes de influenciar decisivamente o combate terrestre. Se em 2016, em Mossul, se observou o uso incipiente e *ad hoc* da integração de UAS e forças de manobra, em 2021, na região do Nagorno-Karabakh, verificou-se o seu uso disseminado em sistemas sofisticados e por forças militares estatais. Pode-se afirmar que os dois principais protagonistas foram o *drone* de fabrico turco Baykar Bayraktar 2 (TB2) e o sistema de munição autónoma⁶ *Harop*, de fabrico israelita.

O uso de UAS há muito deixou de ser um exclusivo das forças armadas americanas. Hoje vários países fabricam os seus próprios sistemas, principalmente os de nível tático. A Turquia não é exceção e o TB2 tem sido um sucesso de vendas. Com uma envergadura de 12 metros e um comprimento de 6,5 metros, este UAS pode levar armamento até um peso de 150 quilos, de uma panóplia de armas guiadas por GPS, laser, radar ou infravermelhos (Henrotin, 2022).

O sistema de munição autónoma significa que esta pode procurar por alvos por diversas horas enquanto em voo para ataque a alvos previamente designados. Pode vaguear por uma área à espera que os alvos se revelem por si ou empenhar-se em tarefas deliberadas de busca e ataque (Nitschke, 2015). Na prática a munição combina as características de um míssil e de um UAS para localizar e atacar com precisão alvos estacionários ou em movimento, com prioridade para radares e sistemas antiaéreos. No caso do *Harop* este tem nove horas de autonomia de voo, um alcance de 1.000 km e uma velocidade máxima de 417 Km/h (Antal, 2021a, p. 64).

A combinação dos dois – munições autónomas e UAS táticos – revelou-se uma solução imbatível do ponto de vista do custo-eficácia, com os UAS a acrescentarem à sua capacidade original de vigilância a capacidade de ataque (Antal, 2021a). Embora o uso massivo de UAS de ataque tenha sido impressionante a todos os níveis, não é menos verdade que um dos momentos decisivos da guerra – a conquista da cidade de Shusha – foi feito em condições atmosféricas que impediram o uso destes UAS e qualquer apoio aéreo próximo, cabendo por isso às forças especiais do Azerbaijão a progressão pelas montanhas e a manobra de envolvimento que permitiu tomar de surpresa a cidade (Anglim, 2021, p. 24). Mas foi o conjunto de armas combinadas que garantiu a capacidade de manter o terreno conquistado face aos contra-ataques arménios (Spencer e Ghoorhoo, 2021).

6 O *Harop* não é mais do que um “*drone kamikase*”, ou seja, uma arma de ataque de oportunidade. A tradução à letra seria de sistema de munição vagabundo (*loitering munition system*).

Tal como o EI, a República do Azerbaijão usou deliberadamente as imagens recolhidas nos ataques dos seus *drones* e munições autónomas para propaganda, nas redes sociais, dos seus avanços militares e do caráter inequívoco de vitória que ia assumindo nos diferentes combates.

Alguns analistas têm chamado a atenção para a importância de olhar com atenção para esta guerra como um sinal do que pode ser um conflito armado entre Estados iguais no presente e futuro próximo. Um analista compara o impacto que esta guerra poderá ter na conceção de equipamentos e doutrina do futuro, com o que a Guerra do Yom Kippur, em 1973, teve quando influenciou a conceção americana para toda a Guerra Fria com a edificação da doutrina *Air Land Battle* e o desenvolvimento dos “*Big 5*” – o carro de combate *M1*, a viatura de combate de infantaria *Bradley*, os helicópteros *Apache* e *Black Hawk* e o sistema de defesa aérea *Patriot* (Antal, 2021b, p. 78).

Sugestões do Passado Recente

As duas décadas passadas confirmaram que a conflitualidade armada e a guerra continuam a ser uma realidade em muitas zonas do globo com consequências diretas e indiretas em muitas outras zonas do globo. A análise, ainda que superficial, permite reconhecer algumas tendências do futuro próximo da conflitualidade armada, algumas perenes outras a conquistar protagonismo por força da tecnologia existente.

A centralidade do espaço físico. Ainda que existam novos espaços onde decorrem ações com consequências lesivas para os Estados ou outros atores em conflito, como é o espaço virtual, é no meio das pessoas e onde elas vivem e interagem que se combate na procura de um resultado tão decisivo quanto possível. Foi assim em Cabul, em 2001 e em 2021, em Mossul ou nas cidades do sudeste da Ucrânia e da região de Nagorno-Karabakh. As cidades são os campos de batalha decisivos. Neles as unidades militares e as partes em conflito terão melhores probabilidades de sucesso se se organizarem de forma a complementarem-se, ou seja, integrando os diversos sistemas numa lógica de armas combinadas. Nesta matéria, nada de novo.

A complementaridade do espaço virtual. Muito provavelmente as operações no espaço virtual não serão suficientes para nenhuma das partes impor, decisivamente, a sua vontade. Mas serão espaços de moldagens às operações conduzidas no espaço físico. Desorganizar, anular e incapacitar estruturas de fornecimento de bens essenciais (eletricidade, água, comunicações), estruturas governamentais, postos de comando e controlo ou de armas antiaéreas cria condições ao sucesso no espaço físico. Mas este espaço também é de pressão e guerra psicológica como fez o EI no

Iraque ou, mais recentemente, a República do Azerbaijão durante a guerra com a Arménia.

A guerra por interposta entidade. Ou porque os objetivos políticos do Estado já não são suficientemente fortes para admitir baixas em combate, ou porque é necessário reforçar e partilhar esse esforço, ou porque se passa para uma fase de maior autonomização das forças do Estado apoiado, as potências continuarão a treinar, equipar e apoiar entidades estatais ou nãoestatais ou a contratar serviços especializados para cumprir tarefas militares. O termo anglo-saxónico é de *proxy war*⁷. Novos léxicos como a abordagem operacional do “*by-with-through*” não representam nada de novo.

O patrocínio de quem pode e sabe. As potências, qualquer que seja a sua dimensão, procuram testar e validar o hardware militar que vão desenvolvendo ou adaptando, bem como as doutrinas que os tornam mais ágeis e eficazes. Os conflitos levados a cabo por interpostas entidades servem também para isto mesmo: testar e validar equipamentos e doutrinas. O caso mais emblemático terá sido a Turquia a consolidar os seus UAS e a doutrina que os emprega através da República do Azerbaijão. No entanto importa destacar que este patrocínio não é só por si condição de sucesso: o investimento de 20 anos dos EUA e da OTAN no Afeganistão foram insuficientes. Também aqui, nada de novo.

O protagonismo dos sistemas autónomos. Nesta fase parece haver um predomínio dos sistemas autónomos aéreos, como foi o caso da munição *Harop*, mas a tendência evoluirá para sistemas terrestres. Tal como o *Harop* pode vagar à procura de alvos de oportunidade que cumpram os requisitos estabelecidos no seu *software* de reconhecimento, também sistemas terrestres armados autónomos, poderão vagar à procura de alvos ou manterem-se simplesmente numa posição desenfada à espera de serem ativados (Antal, 2019). A autonomização dos sistemas de armas em todos os domínios – aéreo, terrestre, marítimo, espacial e até no ciberespaço – parece ser a verdadeira imagem de marca do futuro da conflitualidade armada, inteiramente dependente do potencial que a Inteligência Artificial tem para oferecer.

A integração de sistemas tripulados e não-tripulados. É já uma realidade mesmo aos mais baixos escalões, com unidades de infantaria ou guarnições de viaturas blindadas a terem no seu portfolio sistemas aéreos não-tripulados. Mas a tendência pode evoluir para abordagens mais robustas como sejam o emparelhamento de uma viatura guarnecida com uma outra autónoma, ou remotamente operada, capaz de um reconhecimento avançado ou de uma abertura de brecha num dis-

7 Guerra por procuração.

positivo, tal como o EI usou as suas viaturas blindadas, mas guarnecidas com a vontade humana de um suicida. Ou ainda, por exemplo, uma unidade blindada cujo apoio aéreo é garantido por meios aéreos autónomos, remotamente operados ou num *mix* com meios guarnecidos por pilotos. Também nesta matéria existem soluções para todos os domínios – aéreo, terrestre, marítimo, espacial e até no ciberespaço. Também esta capacidade parece ser caracterizadora da conflitualidade futura.

Espaço aéreo ao alcance de todos. A conceção, construção e emprego de UAS de ataque permitiu que potências médias, como o Irão e a Turquia, aumentassem significativamente a sua capacidade aérea de ataque ao solo, o que seria impensável através do recurso às tradicionais aeronaves tripuladas. O espaço até aos 200-300 metros de altitude passou a estar repleto de pequenos UAS permitindo a quem os opera, obter informação em tempo real do “outro lado da colina”. É um espaço que passou a estar ao alcance de todos, tal como o EI demonstrou com o uso de *drones* civis no Iraque. Deste espaço podem vir ameaças reais às forças no terreno. Esta situação está a obrigar ao desenvolvimento de meios passivos e ativos de defesa de forma a aumentar a sobrevivência dos sistemas terrestres. Esta pequena porção do espaço aéreo passará, muito provavelmente, a ser fortemente disputada nos combates futuros.

Tecnologia acessível e à espera da melhor ideia. Muitas tecnologias, como a georreferenciação, a transmissão de voz, dados e imagem em tempo real, imagiologia térmica, entre muitas, estão disponíveis no mercado e oferecem um verdadeiro catálogo de capacidades que combinadas com inteligência e criatividade podem transformar-se em autênticos sistemas de armas com poder destruidor. O EI provou-o quando controlou a cidade de Mossul. Os meios estão disponíveis e à espera de quem os transforme numa ideia melhor.

Referências Bibliográficas

- Anglim, S. (2021). Azerbaijan's Victory – Winning In The 21st Century. *The British Army Review*, 181, pp. 18-27.
- Antal, J. (2021a). Lessons Learned: When Sensors are Shooters. Next Generation Intelligence, Surveillance, and Reconnaissance (ISR). *European Security & Defence*, 4/2021, pp. 62-64.
- Antal, J. (2021b). The First War Won Primarily with Unmanned Systems. Lessons from the Second Nagorno-Karabakh War. *European Security & Defence*, pp. 76-78.
- Antal, J. (2019). Manned Unmanned Teaming for Ground Combat. *Military Technology*, pp. 46-48.
- Bērziņš, J. (2020). The Theory and Practice of New Generation Warfare: The Case of Ukraine and Syria. *Journal of Slavic Military Studies* [em linha], 33(3), pp. 355-380.
- Colombani, J.-M. (2001). We are all Americans. *Le Monde*, 12 November.
- Eisler, D. F. (2015). Blitzkrieg reconsidered? Assessing the importance of morale and unit cohesion in the 2008 Russia-Georgia war. *Defence Studies* [em linha] 15(3), pp. 254-272.
- Franks, T. (2004). *American Soldier*. Nova Iorque: HarpenCollins Publisher.
- Gordon, P. H. e Shapiro, J. (2004). *Allies at War*. Nova Iorque: McGraw-Hill.
- Gressel, G. (2020). Military lessons from Nagorno-Karabakh: Reason for Europe to worry. *The European Council on Foreign Relations* [em linha], 24 November. Disponível em: <https://ecfr.eu/article/military-lessons-from-nagorno-karabakh-reason-for-europe-to-worry/> [acedido em 9 de janeiro de 2022].
- Henrotin, J. (2022). Spécifications (Baykar BAyraktar TB2). *Défense & Sécurité Internationale*, pp. 106-107.
- Johnson, R. F. (2020). The Donbas Conflict and the Future of Armoured Warfare. *European Security & Defence*, pp. 33-35.
- Joint Forces Quarterly (JFQ) Staff (2018). An Interview with Joseph L. Votel. *Joint Forces Quarterly*, 89, (2nd Quarter), pp. 34-39.
- Karber, P. e Thibeault, J. (2016). Russia's New-Generation Warfare. *Army*, pp. 60-64.
- King, A. (2021). *Urban Warfare in the Twenty-first Century*. Cambridge: Polity Press.
- Krauthammer, C. (2001). War of Choice, Wars of Necessity. *Time*, 5 November.
- Nitschke, S. (2015). Birds of Death. Loitering munitions expected do increase firepower. *Naval Forces*, pp. 23-27.
- Rumsfeld, D. (2002). Transforming the military. *Foreign Affairs*, 81(3), pp. 20-32.

- Spencer, J. e Ghoorhoo, H. (2021). The Battle of Shusha city and the missed lessons of the 2020 Nagorno-Karabakh war. *The Modern War Institute* [em linha], West Point. Disponível em: <https://mwi.usma.edu/the-battle-of-shusha-city-and-the-missed-lessons-of-the-2020-nagorno-karabakh-war/> [acedido em 9 de janeiro de 2022].
- Tomé, L. (2015). The “Islamic State”: trajectory and reach a year after its self-proclamation as a “Caliphate”. *JANUS.NET e-journal of International Relations*, 6(1), pp. 116-139. [em linha] Disponível em: https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/1754/1/en_vol6_n1_art8.pdf [acedido em 31 de janeiro de 2022].
- United Nations Security Council (1999). *Resolution 1244, S/RES/1244*. Adopted by the Security Council at its 4011th meeting, on 10 June 1999. [em linha] Disponível em: https://unmik.unmissions.org/sites/default/files/old_dnn/Res1244ENG.pdf [acedido em 31 de janeiro de 2022].
- Vendil Pallin, C. e Westerlund, F. (2009). Russia’s war in Georgia: Lessons and consequences. *Small Wars and Insurgencies* [em linha], 20(2), pp. 400-424.
- Votel, J. L. e Keravuori, E. R. (2018). The By-With-Through Operational Approach. *Joint Forces Quarterly*, 89 (2nd Quarter), pp. 40-47.

